

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Nível	1	2	3	4	5	6	Número de lugares	Observações
		Técnico profissional principal Técnico profissional de 1.ª classe Técnico profissional de 2.ª classe		238 222 199	249 228 209	259 238 218	274 254 228	295 269 249		4	
	Técnico-profissional	Técnico profissional especialista principal Técnico profissional especialista Técnico profissional principal Técnico profissional de 1.ª classe Técnico profissional de 2.ª classe		316 269 238 222 199	326 280 249 228 209	337 295 259 238 218	345 316 274 254 228	360 337 295 269 249		11	Dotação global.
Administrativo	Assistente administrativo	Assistente administrativo especialista Assistente administrativo principal Assistente administrativo		269 222 199	280 233 209	295 244 218	316 254 228	337 269 238	290 249	13	Dotação global.
	Tesoureiro	Especialista Principal Tesoureiro		337 269 222	350 280 233	370 295 244	400 316 254	430 337 269	460 290	1	

29 de Março de 2005. — O Presidente, José Manuel dos Santos Alves.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 13 921/2005 (2.ª série). — As condições climáticas excepcionais que têm atingido Portugal Continental, nos últimos meses, com quase total ausência de precipitação, impediram o normal desenvolvimento das pastagens e forragens, e, nessa medida, repercutiram-se, de forma negativa, no sector pecuário.

Tal circunstância excepcional e as suas repercussões, directas e indirectas, criam, no referido sector, reconhecidas dificuldades na manutenção dos efectivos pecuários, sendo de admitir, a título transitório, a aplicação do mecanismo previsto no Regulamento (CE) n.º 1973/2004, da Comissão, de 29 de Outubro.

Com efeito, justifica-se garantir que eventuais diminuições temporárias de efectivos pecuários, decorrentes da situação de seca, não conduzam à perda de direitos atribuídos aos produtores pecuários.

Assim, determino que, ao abrigo do disposto nos artigos 78.º e 108.º do Regulamento (CE) n.º 1973/2004, da Comissão, de 29 de Outubro, para os produtores do território continental, a parte não utilizada dos direitos ao prémio por ovelha e cabra e por vaca em aleitamento, no ano de 2005, não reverte para a reserva nacional, sem prejuízo de outras regras relativas à utilização de direitos atribuídos através da reserva específica e da reserva nacional.

31 de Maio de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Jaime de Jesus Lopes Silva.

Despacho n.º 13 922/2005 (2.ª série). — O Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, que definiu o modelo da estrutura orgânica de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do 3.º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), comete a gestão global da sua execução a uma comissão de gestão do QCA III, composta pelos dirigentes das entidades responsáveis pela gestão nacional dos fundos estruturais, a designar por despacho do membro do Governo competente.

O Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar é, no quadro da coordenação que lhe compete, a entidade do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas responsável pela gestão nacional do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola — Secção Orientação (FEOGA — O), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 246/2002, de 8 de Novembro, conjugado com o disposto nas alíneas b), c), d) e e) do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 20/97, de 9 de Maio.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, designo o director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, Doutor António Manuel Soares Serrano, representante da entidade responsável pela gestão nacional do FEOGA — Orientação na comissão de gestão do QCA III.

6 de Junho de 2005. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Jaime de Jesus Lopes Silva.

Direcção-Geral de Veterinária

Direcção de Serviços de Gestão e Administração

Despacho n.º 13 923/2005 (2.ª série). — Por despachos de 12 e de 30 de Maio, respectivamente do director-geral de Veterinária e do secretário-geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas:

Escaltina dos Santos Mota Oliveira Pereira, chefe de secção do quadro de pessoal da Secretaria-Geral — autorizada a requisição para esta Direcção-Geral pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Junho de 2005. — A Directora de Serviços, Aida Sebastião Palminha.

Direcção de Serviços de Saúde Animal

Despacho n.º 13 924/2005 (2.ª série). — Ao abrigo da autorização concedida pelo despacho n.º 8571/2004 (2.ª série), de 27 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 28 de Abril de 2004, e do disposto no artigo 36.º do Código do Pro-

cedimento Administrativo, subdelego na chefe de divisão de Profilaxia e Polícia Sanitária, Dr.ª Maria Rita Ramos Amador, no âmbito da Direcção de Serviços de Saúde Animal, a competência para assinar o expediente corrente, incluindo a correspondência para o exterior.

A anterior delegação de competências tem lugar sem prejuízo das competências próprias que, como chefe de divisão, lhe estejam atribuídas.

O presente despacho ratifica todos os actos por ela praticados no âmbito das competências subdelegadas.

5 de Maio de 2005. — A Directora de Serviços, *Lia de Sousa Ticoló Pinto Marques*.

Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste

Despacho (extracto) n.º 13 925/2005 (2.ª série). — Por despachos de 19 de Março de 2004 e 5 de Abril de 2005, respectivamente do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste e do Secretário Regional da Agricultura e Florestas:

Oihane Abaurrea Erkizia, técnica superior de 1.ª classe da carreira de médica veterinária do quadro de pessoal da Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário (Angra do Heroísmo) — autorizada a transferência para o quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, aprovado pela Portaria n.º 538/99, de 23 de Julho, para a mesma categoria e carreira, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Maio de 2005. — O Director Regional, *Fernando Augusto Madureira*.

Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas e Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

Despacho (extracto) n.º 13 926/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Maio de 2005 do vogal do conselho de administração do IFADAP e do INGA Dr. Ponte Zeferino:

Maria Teresa Nunes Estrela Dias — nomeado técnico superior principal da carreira de engenheiro agrónomo do quadro de pessoal do INGA, escalão 1, índice 510, considerando-se exonerado da anterior categoria a partir da aceitação deste lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

30 de Maio de 2005. — O Director-Coordenador, *Demasceno Dias*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 13 927/2005 (2.ª série). — A Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento tem por objectivo promover os estudos, a estatística, a prospectiva e o planeamento no âmbito das atribuições do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Os licenciados Maria Henriqueta Saraiva Almeida Duarte Matias e José Luís de Lemos de Sousa Albuquerque, para além dos requisitos gerais exigíveis pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, para o exercício de cargos de direcção superior, possuem a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções para que são nomeados.

Assim, nos termos do artigo 10.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 5/2005, de 5 de Janeiro, e conforme o disposto no artigo 19.º, em conjugação com os n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º e com o artigo 36.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determina-se o seguinte:

1 — São nomeados subdirectores-gerais da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento os licenciados Maria Henriqueta Saraiva Almeida Duarte Matias e José Luís de Lemos de Sousa Albuquerque.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 15 de Junho de 2005.

7 de Junho de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Curriculum vitae

José Luís de Lemos de Sousa Albuquerque, nascido em Lisboa em 1968 e licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, é, desde Junho de 2003, director de serviços de Indicadores e Prospectiva da Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS). Foi chefe da Divisão de Análise e Previsão do Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do MTSS desde Outubro de 1999, tendo ingressado no Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Emprego e da Segurança Social em Julho de 1995.

É o representante nacional no Subgrupo de Indicadores do Comité de Protecção Social e no Grupo de Indicadores do Comité do Emprego da Comissão Europeia, acompanhando em representação do National Liaison Official as actividades e assembleias gerais do European Centre for Social Welfare Policy and Research (organização de carácter inter-governamental filiada nas Nações Unidas). Coordena o grupo de trabalho com a missão de actualizar o estudo «A sustentabilidade financeira do sistema de solidariedade e segurança social» e é representante da DGEEP no grupo de trabalho com vista à criação de uma prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos, ambos no âmbito do MTSS.

Foi membro da comissão para o rendimento mínimo (em 1996), representante no grupo de trabalho permanente interministerial do salário mínimo (entre 1995 e 1998), co-coordenador da conferência de alto nível «A Europa, a globalização e o futuro da política social» por ocasião da Presidência Portuguesa da União Europeia, em 2000, representante nas comissões de acompanhamento do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (desde 2001), membro da equipa técnica do financiamento no âmbito da comissão de regulamentação da lei de bases do sistema de solidariedade e segurança social (em 2001 e 2002), e membro da comissão de acompanhamento e avaliação dos modelos de sustentabilidade financeira da segurança social (em 2003). Foi autor ou co-autor de *Desigualdades Salariais e Trabalhadores de Baixos Salários* (1999), *Pobreza e Condições de Vida em Portugal* (2001), *Distribuição de Rendimentos e Condições de Vida* (2002) e *A Sustentabilidade Financeira do Sistema de Solidariedade e Segurança Social* (2002).

No âmbito do Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa, do ISEG, participou, enquanto investigador, nos projectos SOPETI — Sistema de Observação Permanente sobre Emprego, Tecnologia e Inovação (1990-1993), Sistema de Informação para Antecipação de Situações de Crise — Indicadores de Alerta (1993), OBSERV — Observatório de Expectativas Empresariais sobre Conjuntura (1993-1995), Realização de um Estudo de Avaliação Parcelar do Domínio do Reforço da Qualificação dos Recursos Humanos do Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa PEDIP II, para o período 1994-1999 (1998-2000), EURO-MOD — An Integrated European Benefit-Tax Model (1998-2000), MICRESA Micro-Level Analysis of the European Social Agenda: Combating Poverty and Social Exclusion through Changes in Social and Fiscal Policy (2001-2004). Participou pontualmente em projectos desenvolvidos pela CESO I&D — Centro de Estudos Economia e Sociedade (1992-1993) e pela AERLIS — Associação Empresarial da Região de Lisboa (1992-1996).

Curriculum vitae

(Síntese de nota bibliográfica)

Maria Henriqueta Saraiva de Almeida Duarte Matias nasceu a 26 de Abril de 1945 e licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa, em 1969.

Iniciou a sua actividade profissional em 5 de Dezembro de 1968, como técnica de 3.ª classe, a tempo parcial, na Divisão de Salários do FDMO, tendo, em 1 de Setembro de 1969, tomado posse do lugar de técnica de 2.ª classe do quadro do FDMO. Continuando a ocupar lugar de quadro do referido organismo, em 1970 passou a exercer funções no Gabinete de Planeamento do então MCPS, que, em 1974, se transformou no Departamento de Estudos e Planeamento (DEP) do Ministério do Trabalho, tendo, em 21 de Julho de 1978, sido provida definitivamente na categoria de técnica principal do quadro desse Departamento. Em 7 de Abril de 1982, foi promovida à categoria de assessor desse mesmo quadro, passando em 2 de Novembro de 1989 à de assessor principal.

Em 13 de Setembro de 1991, foi nomeada directora de serviços do Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Emprego e Segurança Social e, em 5 de Junho de 1996, subdirectora-geral do Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério para a Qualificação e o Emprego, cargo que continuou a desempenhar no Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTS), em regime